

Ausência de lucidez - a comédia legislativa



Por **JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR***

O Brasil transforma a catástrofe em ritual administrativo, onde o Congresso encena uma comédia legislativa: o golpe vira regimento, a barbárie é constitucional e o colapso é um expediente burocrático

“A lucidez, no Brasil, é um modo sofisticado de desesperar-se” (Paulo Arantes).

1.

Há países que constroem sua história com tragédias fundadoras; o Brasil, mais coerente consigo mesmo, optou por transformá-las em rotina administrativa. Aqui, o colapso não é evento, é expediente. E a política, esse velho teatro da representação, converteu-se em espetáculo de gabinete: um drama protocolar onde cada ato vem acompanhado de parecer técnico e ata em anexo.

A barbárie é regulamentada; o delírio, lícitado; o golpe, finalmente, internalizado como procedimento. E assim seguimos, com a serenidade de quem já fez da catástrofe um ritual de expediente.

O Congresso Nacional, esse manicômio climatizado, não legisla - encena. A cada legislatura, reestrea o mesmo elenco com figurino renovado e hashtags atualizadas. A diferença é que agora o cinismo vem com crachá. O plenário tornou-se uma espécie de “*reality show* republicano”, no qual cada fala é medida em curtidas, e cada escândalo é monetizado em cliques.

Não há mais adversários ideológicos, apenas concorrentes de engajamento. A política não disputa projetos, mas métricas. A retórica nacional foi reduzida ao algoritmo da indignação - indignar-se virou método de autopromoção.

Paulo Arantes chamaria isso de “*niilismo administrativo*”: o colapso elevado à categoria de ofício público. O que antes era golpe agora é regimento interno; o que era exceção tornou-se protocolo. O autoritarismo descobriu que é mais eficiente quando redigido em Word e publicado no *Diário Oficial*.

A nova forma de poder não precisa suprimir a democracia - basta geri-la com perícia burocrática até que se torne irreconhecível. A antiga paixão pelo golpe militar foi substituída pelo prazer do parecer técnico. Não há tanques nas ruas, apenas carimbos. O país aprendeu a conspirar dentro da legalidade.

Nesse arranjo tragicômico, o “*mané*” - essa figura central do teatro político brasileiro - atravessou uma metamorfose digna de nota sociológica: de bárbaro improvisado em 2023 a paladino da Constituição em 2025. A mesma mão que invadiu o Congresso agora o preside.

A metamorfose não é moral, é funcional. O ressentimento, devidamente reciclado, encontrou morada no protocolo. O fascismo tropical, cansado de quartéis, vestiu terno e descobriu o regimento. A história brasileira, sempre afeita à paródia,

produziu sua síntese final: a barbárie constitucional.

2.

A comédia legislativa é o espelho ampliado do país – e o riso que ecoa do plenário é o mesmo que ressoa nas esquinas. O brasileiro aprendeu a rir do próprio colapso com uma dignidade quase filosófica, como quem cumpre um destino ontológico. O riso, aqui, é uma forma de anestesia moral. Rir é sobreviver.

A lucidez, por sua vez, tornou-se vício melancólico, um luxo de quem ainda acredita que pensar pode surtir efeito. Pensar é, hoje, um gesto de excentricidade; refletir, uma prática subversiva. O país desconfia da razão porque ela atrapalha o fluxo da fé. A estupidez, ao contrário, é o novo denominador comum da comunhão nacional.

Nas universidades – outrora refúgio da reflexão – o pensamento crítico é tratado como ameaça à ordem. Os que insistem em pensar são rotulados de ideólogos, e os que não pensam são promovidos a gestores. A razão perdeu a aura e ganhou planilha.

O saber virou produto, e a ignorância, identidade. O país transformou o desprezo pela lucidez em política pública. O anti-intelectualismo não é mais acidente histórico, mas estratégia de governo. A ignorância, quando institucionalizada, produz estabilidade. A barbárie tem metodologia, cronograma e rubrica orçamentária.

A imprensa, cúmplice terapêutica da decadência, transformou o absurdo em rotina compreensível. Cada delírio é rebatizado como “polêmica”, e cada atrocidade, como “declaração controversa”. O jornalismo da era democrática aprendeu a normalizar o anormal, porque o escândalo permanente não vende – cansa.

A sociedade, esgotada, adotou o tédio como defesa psíquica. Chama-se de “resiliência” o que, no fundo, é resignação. A democracia, dizem, resiste – como quem descreve um paciente em coma que ainda respira por aparelhos institucionais.

O país vive, portanto, sob um “tempo morto”, essa categoria arantiana que descreve o movimento sem história e a história sem movimento. O Brasil gira em falso. As reformas se repetem, as crises se clonam, os personagens ressurgem em posições trocadas, e o espetáculo prossegue, previsível e interminável. A cada nova legislatura, o país promete reiniciar, mas apenas atualiza o software da decadência. Não há revolução nem restauração, apenas *looping*. A dialética nacional virou planilha circular.

O mais trágico é que ninguém parece escandalizar-se. O país naturalizou a farsa como forma de governo. O grotesco veste terno, o ridículo cita Hegel, e o desastre é conduzido com decoro. Tudo segue dentro da normalidade – e essa normalidade é o verdadeiro escândalo. Paulo Arantes já advertira: “quando o anormal se estabiliza, o colapso é apenas questão de agenda”. A vida pública brasileira é uma coreografia do caos, executada com pontualidade protocolar. O país cai de pé.

3.

A esquerda institucional, zeladora da ruína, orgulha-se de administrar o que resta. Fala em “responsabilidade” enquanto o chão se desmancha sob seus pés. Tornou-se o síndico da catástrofe. Defende a ordem por falta de imaginação e governa o absurdo com ar de prudência. A racionalidade, antes emancipadora, virou o disfarce respeitável da impotência. A gestão do colapso é o novo horizonte do possível.

A psicologia coletiva que sustenta esse teatro é a mesma do “mané” elevado à categoria sociológica. Ele acredita na moral como escudo contra a dúvida. Sua ignorância é reconfortante porque lhe poupa o esforço de compreender. Ele não teme a mentira, teme a complexidade. Sua fé é a forma institucional do medo; seu moralismo, o teatro público de sua culpa. A democracia que ele defende é a versão protocolar do autoritarismo que deseja. O mané é a metáfora viva da ausência de lucidez.

a terra é redonda

Resta, ao observador lúcido – essa figura cada vez mais anacrônica –, rir com método. Rir não como fuga, mas como diagnóstico. A ironia tornou-se o último abrigo da razão, uma forma de resistir à estupidez sem a pretensão de corrigi-la. O riso filosófico é a lucidez que se recusa a sucumbir inteiramente. É o desespero disciplinado, ou, como diria Paulo Arantes, a “esperança invertida”: continuar pensando sabendo que não há mais lugar para o pensamento.

A ausência de lucidez é, afinal, a forma brasileira da consciência moderna: uma claridade que ilumina o próprio abismo. O país compreende demais para ainda acreditar, mas compreende de menos para transformar. Vive no intervalo entre o diagnóstico e o desespero, entre a crítica e o cansaço. A comédia legislativa é, nesse sentido, apenas a mise-en-scène daquilo que todos já sabem, mas preferem não encarar. O Brasil tornou-se o laboratório mais sofisticado da desesperança.

E enquanto o plenário segue com suas sessões performáticas, entre uma fala exaltada e outra, alguém pede um café; entre uma votação e outra, o país renova sua fé protocolar de que, desta vez, será diferente. Mas nada muda – apenas o cenário. O espetáculo prossegue com a disciplina do absurdo: o público cativo, os atores convictos, e a plateia exausta.

A lucidez é um ornamento e o desespero, uma rotina. A democracia virou performance; o golpe, procedimento; e a catástrofe, expediente. O país continua funcionando – e esse talvez seja o verdadeiro colapso.

Compreender, aqui, é o mesmo que desesperar-se com método. E talvez esse seja, afinal, o traço mais autêntico de nossa modernidade tropical: a capacidade de administrar a ruína com serenidade e ironia, como quem aprendeu a fazer do colapso um ofício de Estado. A ausência de lucidez é o nome próprio da nação que se especializou em sobreviver ao próprio fracasso – com elegância, eficiência e senso de humor.^[1]

***João dos Reis Silva Júnior** é professor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Autor, entre outros livros, de *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias (Autores Associados)* [<https://amzn.to/4fLXTKP>].

Nota

Este ensaio dialoga livremente com a obra *8/1: A Rebelião dos Manés* (Hedra, 2024), de Pedro Fiori Arantes, Fernando Frias e Maria Luiza Menezes. Toma-a como pretexto filosófico para uma leitura irônica da conjuntura política brasileira, especialmente do Congresso Nacional como forma institucionalizada da “rebelião dos manés”. O texto adota o tom ensaístico e melancolicamente irônico inspirado na prosa crítica de Paulo Arantes, transformando o comentário político em reflexão estética sobre o colapso da lucidez pública.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda: o ardil da razão liberal*. São Paulo: Conrad, 2004.

ARANTES, Pedro Fiori; FRIAS, Fernando; MENEZES, Maria Luiza. *8/1: a rebelião dos manés*. São Paulo: Hedra, 2024.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda